

**TERMO DE PARCERIA QUE ENTRE SI
CELEBRAM A FUNDAÇÃO BANCO DO
BRASIL S.A. E A OSCIP
[NOME DA OSCIP]**

A **FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.641.000/0001-33, doravante denominada **FUNDAÇÃO**, sediada no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A, Edifício Number One, 10º Andar, na cidade de Brasília/DF, representada neste ato por **[Nome do Representante Legal]**, brasileiro, CPF **[XXX.XXX.XXX-XX]** e RG **[XXXXXXX]** **[Órgão Expedidor]**, residente e domiciliado na **[Endereço do Representante Legal]** e a **[NOME DA OSCIP]**, doravante denominada **OSCIP**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ nº **[XX.XXX.XXX/XXXX-XX]**, qualificada como OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, conforme Certidão nº **[Número da Certidão]**, emitida pelo Ministério da Justiça, em **[XX.XX.XXXX]**, neste ato representada na forma de seu estatuto por **[Nome do Representante Legal da OSCIP]**, brasileiro, CPF nº **[XXX.XXX.XXX-XX]**, RG **[XXXXXXX]** **[Órgão Expedidor]**, residente e domiciliado na **[Endereço do Representante Legal da OSCIP]** e, quando citados em conjunto, denominados **PARCEIROS**, com fundamento no que dispõem a Lei nº 9.790, de 23.03.1999 e o Decreto nº 3.100, de 30.06.1999, resolvem firmar o presente **TERMO DE PARCERIA**, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **TERMO DE PARCERIA** tem por objeto executar as atividades de auxílio à gestão das ações do Projeto Cataforte – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias, a serem realizados pela **OSCIP**, em nome da **FUNDAÇÃO**, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e do PLANO DE TRABALHO elaborado em comum acordo entre os **PARCEIROS** e que integra o presente **TERMO DE PARCERIA**, independentemente de sua transcrição.

Parágrafo Primeiro – As atividades de auxílio à gestão mencionadas no *caput* desta Cláusula serão realizadas por meio do desenvolvimento do Escritório Nacional do Cataforte, que visa à qualificação de Planos de Negócios, ao suporte a 33 Redes de Cooperação de Empreendimentos Econômicos Solidários constituídos por catadores e catadoras de materiais recicláveis, à elaboração de estudos e pesquisas e ao monitoramento das ações realizadas no âmbito do Projeto Cataforte – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias, doravante denominado **CATAFORTE III**.

Parágrafo Segundo – As 33 Redes de Cooperação de Empreendimentos Econômicos Solidários mencionadas no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, doravante denominadas **REDES**, foram selecionadas como beneficiárias do Projeto Cataforte por meio do Edital de Seleção Pública nº 01/2013 publicado pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO, DAS METAS, DOS INDICADORES DE DESEMPENHO E DA PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

O detalhamento dos objetivos, das metas, dos resultados a serem atingidos, dos prazos para execução, dos critérios de avaliação de desempenho e dos indicadores de resultados, na forma do § 2º do art. 10 da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, além dos procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução das atividades pela **OSCIP**, constam do **PLANO DE TRABALHO**, elaborado de comum acordo entre os **PARCEIROS**, sendo parte integrante deste **TERMO DE PARCERIA**.

Parágrafo Único – O Plano de Trabalho poderá ser modificado de comum acordo entre os **PARCEIROS**, por meio de:

- I. registro por simples apostila, dispensando-se a celebração de Termo Aditivo, quando se tratar de ajustes que não acarretem alteração dos valores definidos na Cláusula Quarta;
- II. celebração de Termo Aditivo, quando se tratar de ajustes que impliquem alteração dos valores definidos na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos assumidos neste **TERMO DE PARCERIA**:

- I. Da **OSCIP**
 - a) executar o **PLANO DE TRABALHO**, elaborado de comum acordo entre os **PARCEIROS**, zelando pela boa qualidade das ações e atividades exercidas e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;
 - b) observar, no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas pela **FUNDAÇÃO**;
 - c) manter equipe profissional com capacidade técnica para gerenciar a operacionalização das atividades previstas no presente **TERMO DE PARCERIA**;
 - d) elaborar modelo de Plano de Negócios para qualificação das bases de serviços das **REDES**;
 - e) acompanhar a elaboração e qualificação dos Planos de Negócios apresentados pelas executoras das bases de serviços das **REDES**;
 - f) elaborar conteúdos teóricos e metodologias referenciais para capacitações e oficinas no âmbito do Projeto **CATAFORTE III**;
 - g) realizar capacitação dos Agentes de Desenvolvimento Socioeconômico – ADS – no âmbito das bases de serviços das **REDES**;
 - h) realizar intercâmbio e desenvolvimento de metodologias de execução dos produtos das bases de serviço junto às **REDES**;

- i) realizar encontros de planejamento e acompanhamento das ações no âmbito do Projeto **CATAFORTE III**;
- j) prestar informações e dar suporte ao Comitê Estratégico do Cataforte;
- k) elaborar modelos de relatórios, planilhas de dados e formulários de suporte à gestão do Projeto **CATAFORTE III**;
- l) disseminar informações, diretrizes e orientações em geral às **REDES**;
- m) orientar as **REDES** na contratação de profissional(is) das bases de serviços e assistência técnica;
- n) orientar as **REDES** sobre procedimentos administrativos relativos à execução de projetos contratados no âmbito do Projeto **CATAFORTE III**;
- o) acompanhar as bases de serviço no processo de implantação e de atualização dos Planos de Negócios apresentados pelas **REDES**;
- p) formar banco de consultores especialistas e definir parâmetros para prestação de serviços às **REDES**;
- q) propor a utilização de horas técnicas do banco de consultores especialistas à **FUNDAÇÃO**, mediante apresentação de justificativa fundamentada;
- r) propor indicadores para o acompanhamento do desempenho das ações derivadas dos Planos de Negócios e para o Projeto **CATAFORTE III**;
- s) acompanhar a execução das ações derivadas dos Planos de Negócios e do Projeto **CATAFORTE III** e propor e acompanhar as correções quando necessário;
- t) desenvolver e implantar de estrutura de *software* de monitoramento;
- u) gerir as atividades dos assessores regionais junto às bases de serviços das **REDES**;
- v) identificar e sistematizar experiências bem sucedidas na execução de projetos pelas **REDES**;
- w) sistematizar metodologia de gerenciamento de projetos de redes solidárias;
- x) realizar estudos e pesquisas sobre verticalização e potencialidades de adensamento da cadeia produtiva da reciclagem;
- y) apresentar à **FUNDAÇÃO**, relatório mensal, em meio eletrônico, sobre a execução do objeto deste **TERMO DE PARCERIA**, detalhando, em especial, as informações relativas ao monitoramento das atividades das bases de serviços das **REDES**;
- z) responsabilizar-se, integralmente, pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, referentes aos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste **TERMO DE PARCERIA**, inclusive os decorrentes de demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento;
- aa) manter conta corrente específica no Banco do Brasil S.A. exclusivamente para receber e movimentar os recursos financeiros

oriundos deste **TERMO DE PARCERIA**, como forma de viabilizar o relacionamento entre os **PARCEIROS**;

- bb) contratar auditoria independente para verificação da aplicação dos recursos objeto do **TERMO DE PARCERIA**, conforme determina o Art.19, do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999;
- cc) implementar controles internos específicos que devem estar sujeitos à revisão anual por parte de auditoria;
- dd) preencher o extrato da execução física e financeira, referido no Art.10, §2º, inciso VI, da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e publicá-lo na imprensa oficial da área de abrangência do projeto, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o término de cada ano, de acordo com o modelo constante do Anexo II, do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999;
- ee) publicar na imprensa oficial da União, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da assinatura do presente **TERMO DE PARCERIA**, regulamento próprio, contendo procedimentos que adotará para promover a aquisição ou contratação de quaisquer bens, obras e serviços, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência;
- ff) indicar pelo menos um dentre seus dirigentes, que será responsável pela boa administração e aplicação dos recursos recebidos, cujo nome constará do extrato deste **TERMO DE PARCERIA** a ser publicado pela **FUNDAÇÃO**, conforme modelo consignado no Anexo I, do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999;
- gg) apresentar nos prazos previstos, os documentos e prestações de contas exigidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 e Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999;
- hh) manter a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante todo o período de vigência do **TERMO DE PARCERIA** fornecendo, sempre que solicitado pela **FUNDAÇÃO**, por escrito, as certidões e documentos probatórios dessas condições;
- ii) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste **TERMO DE PARCERIA**, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos;
- jj) facilitar a supervisão e fiscalização da **FUNDAÇÃO**, fornecendo-lhe, sempre que solicitado, toda as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste **TERMO DE PARCERIA**;
- kk) permitir à **FUNDAÇÃO** a realização de diligências com o objetivo de verificar a execução e a adequação das atividades objeto deste **TERMO DE PARCERIA**;
- ll) aplicar os recursos repassados pela **FUNDAÇÃO** exclusivamente no objeto do presente **TERMO DE PARCERIA**.

II. Da **FUNDAÇÃO**

- a) acompanhar e fiscalizar a execução deste **TERMO DE PARCERIA**, de acordo com o **PLANO DE TRABALHO**;
- b) analisar e autorizar a utilização de horas técnicas do banco de consultores especialistas;
- c) repassar à **OSCIP**, nos termos estabelecidos na **CLÁUSULA QUARTA**, os recursos necessários à realização das atividades objeto deste **TERMO DE PARCERIA**;
- d) publicar no Diário Oficial da União extrato deste **TERMO DE PARCERIA** e seus aditivos, no prazo máximo de quinze dias após sua assinatura, conforme modelo do Anexo I do Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999;
- e) prestar o apoio necessário à **OSCIP** para que seja alcançado o objeto deste **TERMO DE PARCERIA** em toda sua extensão.

III. Dos **PARCEIROS**

- a) criar Comissão de Acompanhamento e Avaliação para este **TERMO DE PARCERIA**, composta por representantes da **FUNDAÇÃO**, da **OSCIP** e do **Comitê Estratégico do Cataforte**;
- b) zelar pelo cumprimento do estabelecido neste **TERMO DE PARCERIA**; e
- c) definir em conjunto critérios e Termos de Referência para contratação de serviços e aquisição de bens previstos no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para o cumprimento do objeto deste **TERMO DE PARCERIA**, serão necessários recursos financeiros no valor de R\$ XXXXXXXXXXXX (por extenso), a serem transferidos pela **FUNDAÇÃO** à **OSCIP**, de acordo com o cronograma estabelecido no **PLANO DE TRABALHO**.

Parágrafo Primeiro – A **FUNDAÇÃO**, no processo de acompanhamento e supervisão deste **TERMO DE PARCERIA** poderá, justificadamente, recomendar a readequação das metas e de valores, devendo, nestes casos, ser celebrado Termo Aditivo específico.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de celebração de Termo Aditivo, as despesas previstas e realizadas no período compreendido entre a data original de encerramento e a formalização da prorrogação do **TERMO DE PARCERIA** por meio do referido instrumento, serão consideradas como legítimas, desde que cobertas pelo respectivo orçamento.

Parágrafo Terceiro – Os recursos financeiros da **FUNDAÇÃO** serão liberados em **XX** parcelas, a crédito de conta corrente específica aberta no Banco do Brasil, sob o nº _____, na Agência _____, em nome da **OSCIP** e vinculada ao presente **TERMO DE PARCERIA**, de acordo com o estabelecido no cronograma de desembolso a seguir:

- I. primeira parcela referente a XX% (por extenso) do recurso previsto para desembolso pela **FUNDAÇÃO**, no valor de R\$ XXXXX (xxxxxxxxxxxx);
- II. segunda parcela referente a XX% (por extenso) do recurso previsto para desembolso pela **FUNDAÇÃO**, no valor de R\$ XXXXX (xxxxxxxxxxxx), liberado após a comprovação da regular execução física e financeira de, pelo menos, 70% (setenta por cento) do recurso da primeira parcela do recurso liberado na primeira parcela; e
- III. terceira parcela referente a XX% (por extenso) do recurso previsto para desembolso pela **FUNDAÇÃO**, no valor de R\$ XXXXX (xxxxxxxxxxxx), liberado após a comprovação da regular execução física e financeira de 100% do recurso da primeira parcela e, pelo menos, 60% (sessenta por cento) do recurso da segunda parcela.
- IV. (inserir parcelas se necessário, seguindo a mesma lógica de comprovação)

Parágrafo Quarto – A verificação do cumprimento das obrigações necessárias à liberação das parcelas subsequentes, conforme previsto nos incisos I a III do *Parágrafo Terceiro* ocorrerá com base nos seguintes procedimentos:

- I. a verificação da regularidade da execução física, das etapas e metas do cronograma físico, com base em relatórios de execução emitidos pela **OSCIP** e relatório de supervisão e fiscalização elaborado pela **FUNDAÇÃO**; e
- II. a verificação da regularidade da execução financeira, com base na documentação exigida de procedimentos de compra, contratos, documentos de liquidação e pelo cotejamento entre os extratos da conta corrente específica da **PARCERIA** e das aplicações financeiras com a relação de pagamentos devidamente registrada e, se for o caso, relatório de supervisão e fiscalização da **FUNDAÇÃO**.

Parágrafo Quinto - As seguintes orientações deverão ser observadas para aplicação dos recursos transferidos pela **FUNDAÇÃO**, em conformidade com o previsto no Plano de Trabalho:

- I. a **OSCIP** deverá executar diretamente a integralidade do objeto, permitindo-se a contratação de serviços de terceiros quando houver previsão no plano de trabalho, devidamente justificada e a ser aprovada pela **FUNDAÇÃO**;
- II. não será permitida a contratação genérica de atividades e serviços, ou seja, aquela que não esteja discriminada o suficiente para garantir o vínculo com o objeto conveniado; e
- III. quando for necessária a contratação de serviços de consultorias específicas, devidamente justificadas e aprovadas pela **FUNDAÇÃO**

como necessárias para a execução do objeto, a despesa deverá ser prevista em valor por produto ou por horas técnicas.

Parágrafo Sexto – Os recursos financeiros transferidos pela **FUNDAÇÃO**, bem como os rendimentos oriundos de aplicação financeira somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas referentes ao PLANO DE TRABALHO, mediante ordem bancária ao credor e transferência eletrônica disponível, sendo vedada a utilização de cheques ou saques diretos em dinheiro.

Parágrafo Sétimo – Havendo atraso no desembolso previsto no cronograma estabelecido no *caput* desta Cláusula, a **OSCIP** poderá realizar adiantamentos com recursos próprios à conta bancária específica vinculada ao presente **TERMO DE PARCERIA**, sendo reconhecidas as despesas efetivadas, desde que em montante igual ou inferior aos valores ainda não desembolsados e, desde que estejam previstas no Plano de Trabalho.

Parágrafo Oitavo – Os recursos repassados pela **FUNDAÇÃO** à **OSCIP**, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança ou fundo de aplicação financeira de curto prazo, vinculados à conta específica aberta no Banco do Brasil, conforme estabelecido no Parágrafo Terceiro desta Cláusula.

Parágrafo Nono – Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão revertidos exclusivamente à execução do objeto deste **TERMO DE PARCERIA**, mediante autorização prévia da **FUNDAÇÃO** ou devolvidos, no prazo improrrogável de trinta dias após o encerramento de seu prazo de vigência.

Parágrafo Décimo– Os responsáveis pela boa administração e aplicação dos recursos recebidos, cujos nomes constarão do extrato deste **TERMO DE PARCERIA** a ser publicado pela **FUNDAÇÃO**, são: [Nome do Responsável Legal 1], CPF: [XXX.XXX.XXX-XX] e [Nome do Representante Legal 2], CPF: [XXX.XXX.XXX-XX].

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS À EXECUÇÃO DESTE TERMO DE PARCERIA

A **OSCIP** deverá apresentar à **FUNDAÇÃO** prestação de contas do adimplemento do seu objeto e de todos os recursos e bens recebidos mediante este **TERMO DE PARCERIA**, até sessenta dias após o término deste e a qualquer tempo, por solicitação da **FUNDAÇÃO**.

Parágrafo Primeiro – A prestação de contas deverá ser instruída com os seguintes documentos:

- I. relatório sobre a execução do objeto do **TERMO DE PARCERIA**, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;
- II. demonstrativo analítico das receitas e despesas realizadas na execução do objeto deste **TERMO DE PARCERIA**, estipulando as categorias contábeis utilizadas e o detalhamento das remunerações e dos benefícios

de pessoal pagos aos dirigentes e empregados com recursos oriundos do **TERMO DE PARCERIA**, bem como, se for o caso, com recursos oriundos da **OSCIP**;

- III. extrato da execução física e financeira publicado na Diário Oficial da União, de acordo com o modelo constante do Anexo II, do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999;
- IV. parecer e relatório de auditoria independente, de acordo com Art. 12, inciso III, do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo Segundo – Para comprovação da boa e regular execução física e financeira da parceria, a **OSCIP** deverá observar obrigatoriamente o que segue:

- I. No caso da realização de eventos, seminários, encontros, cursos, oficinas e reuniões, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
 - a) lista de trechos das passagens aéreas com nome dos passageiros e respectivo Código Localizador;
 - b) lista de hospedagem, discriminando hotel e hóspedes;
 - c) listas de participantes e listas de presença assinadas pelos participantes em cada dia de evento com a identificação da parceria, título do evento, local, data e dados dos participantes com CPF ou RG, endereço e telefone ou email;
 - d) programação do evento com objetivos, cronograma e conteúdos;
 - e) cópia dos materiais didáticos utilizados; e
 - f) relatório do evento com síntese da atividade e suas conclusões, contendo registro fotográfico de todos os ambientes utilizados e infraestrutura disponibilizada, inclusive equipamentos e máquinas.
- II. No caso de consultorias e assessorias, a OSCIP deve manter os registros do processo de seleção e contratação das mesmas e apresentar os relatórios parciais e finais ou os produtos que foram realizados, com o seu atesto.
- III. No que tange aos processos licitatórios, cotações prévias de preços e dispensas/inexigibilidades relacionados à execução do objeto desta parceria a **OSCIP** deverá anexar à prestação de contas, os seguintes documentos:
 - a) o edital, com o respectivo termo de referência, os documentos de publicidade, a nomeação da comissão responsável pela seleção das propostas, as atas de julgamento ou relatórios do processo de seleção, a identificação dos fornecedores participantes e do fornecedor selecionado, os documentos de homologação do processo e de adjudicação do objeto ao fornecedor selecionado;
 - b) no caso da dispensa ou inexigibilidade a justificativa de preço e escolha do fornecedor e a chancela jurídica própria, quando houver; e

- c) em todos os casos, deverão ser utilizados papéis timbrados, com data, assinatura e carimbo dos responsáveis pelos atos administrativos, negritando-se especialmente as datas de emissão e de validade dos Editais e valores.
- IV. Nos contratos celebrados para execução do objeto desta parceria e eventuais aditivos a **OSCIP** deverá exigir:
- a) correlação clara e objetiva com o objeto da parceria;
 - b) vinculação com o número da parceria;
 - c) cláusula de vigência do contrato e seus aditivos;
 - d) cláusula discriminando os níveis de serviço mínimos aceitáveis;
 - e) cláusula garantindo acesso irrestrito a toda e qualquer documentação de posse da contratada pela **FUNDAÇÃO**;
 - f) detalhamento dos itens de despesa, discriminando-os conforme objeto contratado;
 - g) obrigatoriedade da contratada em relatar ocorrências que impactem na execução do objeto; e
 - h) a correspondência da previsão de pagamento, nos prazos e condições pactuadas nesta parceria.
- V. A **OSCIP** deverá documentar todos os pagamentos indicados no demonstrativo analítico das receitas e despesas desta parceria por meio dos seguintes documentos de liquidação adequados a cada tipo de despesa e emitente:
- a) nota fiscal ou cupom fiscal, acompanhado de comprovante de pagamento, se for o caso;
 - b) recibo de pagamento de autônomo;
 - c) holerite de pagamento de salário ou folha de pagamento coletiva;
 - d) guias de recolhimento de encargos e tributos; e
 - e) outros comprovantes válidos de despesas.

Parágrafo Terceiro - Os originais dos documentos comprobatórios das despesas constantes do demonstrativo de que trata o Inciso II do Parágrafo I desta Cláusula, deverão ser arquivados pela **OSCIP** por, no mínimo, dez anos.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A execução e os resultados atingidos com este o **TERMO DE PARCERIA** serão analisados pela **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**, composta de comum acordo entre a **FUNDAÇÃO**, a **OSCIP** e o **Comitê Estratégico do Cataforte**, que verificará, semestralmente, o desempenho global do projeto, de acordo com os critérios previstos no PLANO DE TRABALHO.

Parágrafo Único – A **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO** emitirá relatório conclusivo sobre os resultados atingidos, de acordo com o Plano de Trabalho, com base nos indicadores de desempenho citados na Cláusula Segunda, e o encaminhará à **FUNDAÇÃO**, até quarenta e cinco dias após o término de cada período avaliatório e após o término da vigência do **TERMO DE PARCERIA**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

A vigência do **TERMO DE PARCERIA** será de 36 meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado somente na forma do §1º do art. 13 do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente **TERMO DE PARCERIA** poderá ser rescindido em comum acordo entre os **PARCEIROS** ou unilateralmente, independente das demais medidas cabíveis, nas seguintes situações:

- I. se houver descumprimento, ainda que parcial, das Cláusulas deste **TERMO DE PARCERIA**;
- II. unilateralmente pela **FUNDAÇÃO** se, durante a vigência deste **TERMO DE PARCERIA**, a **OSCIP** perder, por qualquer razão, a qualificação como **OSCIP**.

CLÁUSULA NONA – DA MODIFICAÇÃO

Este **TERMO DE PARCERIA** poderá ser modificado em qualquer de suas Cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, de comum acordo entre os **PARCEIROS**, mediante manifestação prévia, por escrito, por qualquer das partes e Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Brasília (DF) para dirimir qualquer dúvida ou solucionar questões que não possam ser resolvidas administrativamente, renunciando os **PARCEIROS** a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam os **PARCEIROS** o presente **TERMO DE PARCERIA** em 3 (três) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Brasília (DF), 27.02.2014.

FUNDAÇÃO

OSCIP

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF: